

O ato interdisciplinar como reafirmação do campo: singularidades e circunstâncias do jornalismo atual¹

Jorge Arlan de Oliveira Pereira²

Resumo

O presente artigo busca compreender como tem se instalado um estado de tensão no campo disciplinar do jornalismo, resultante da cobertura jornalística efetivamente realizada pelos grandes meios de comunicação e de um cenário de mudanças do comportamento social pelas novas tecnologias da informação, ao que se pode acrescentar determinada falta de credibilidade/legitimidade das mediações e das representações nas sociedades, particularmente na brasileira, capaz de colocar em dúvida a validade dos valores democráticos. Trabalha-se na perspectiva de que o que se encontra em crise, em última instância, não são os preceitos jornalísticos, suas teorias, mas suas práticas, submetidas a critérios e condições que subvertem fundamentos do campo de conhecimento e da profissão. A presença intensa destas práticas, nas condições objetivas mencionadas, constroem a impressão pública de que tais impasses inviabilizam a afirmação do discurso tradicional do jornalismo, ao constituir um simulacro conceitual que (des) orienta a ação jornalística. A reorientação viria por um ingresso vertical nos fundamentos do campo, a ponto de perceber com mais nitidez sua origem interdisciplinar e sua possibilidade de reafirmação exatamente por um novo percurso interdisciplinar. Este percurso caracterizaria um movimento entre a disciplinaridade (campo do conhecimento) e a transdisciplinaridade (expectativa de retotalização do conhecimento).

Palavras-chaves: Jornalismo; Cobertura Jornalística; Educação em Jornalismo

¹Trabalho apresentado na modalidade Comunicação Científica, no Grupo de Trabalho Projetos Pedagógicos e Metodologias de Ensino, do XII Ciclo Nacional de Pesquisa em Ensino e Extensão em Jornalismo, evento componente do 16º ENPJ. 2016.

²Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Campus Universitário do Araguaia. Email: jorgearlan.op@gmail.com

Palavras-chave: Campo do conhecimento. Jornalismo. Crise. Ato interdisciplinar

1. Introdução

A organização da vida social, bem como a constituição do conhecimento, se caracteriza por processos contínuos de transformação, resultado de apreensões sempre parciais dos universos aos quais pertencem. São manifestações que expressam o acúmulo de experiências humanas e se situam na esfera da cultura, como construtos elaborados por indivíduos e grupos em suas inter-relações. A razão fundamental do caráter parcial do produto diz respeito à complexidade dos universos mencionados e pelo fato destes não serem conhecidos em sua totalidade.

Ao se exporem às incertezas e contradições, os universos da vida social e do conhecimento cultural são submetidos a percursos de constantes instabilidades, marcados por aquilo que se encontra estabelecido e pelo o que pode vir a ser, em movimentos de equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio. Não alcançam, assim, a um estágio classificável de inteiramente constituído, sendo dimensionados nos marcos da transitoriedade. O caráter transitório, porém, não significa que deixem de alcançar um determinado grau de permanência no tempo e no espaço, com predisposição à formação de sistemas. O conjunto de elementos de um universo, mesmo que fragmentados, tendem a se relacionar numa lógica sistêmica de estabilidade transitória. Parodiando a linguagem poética de Vinicius de Moraes, poderíamos dizer que um sistema não é imortal, posto que é chama, mas é infinito enquanto dure (1960, p. 96).

Como os movimentos dos componentes de um sistema são constantes, em combinações e resultados nem sempre previstos, não há segurança quanto ao tempo de permanência de sua estabilidade transitória. Um sistema, dessa forma, sofre tensões que impossibilitam sua estabilidade definitiva, mas que, no entanto, não anulam a eficácia de sua estabilidade transitória. Isto significa que a transitoriedade permanece o tempo suficiente para o sistema produzir efeitos objetivos sobre a realidade, arranjo incompatível com a ideia de relativismos que se sustentam em percepções dispersas e meramente subjetivistas. Por tais razões, um sistema apresenta uma perspectiva de duração muito superior ao que de suas partes isoladamente, condição que não retira de qualquer de suas partes a capacidade de desorganizar o sistema ao longo do tempo. Quando a ação das partes, em micro movimentos, forem suficientes para afetar a

[Digite aqui]

harmonia de um sistema, este pode entrar em colapso, formando um quadro denominável de crise.

Entre as acepções de Aurélio Buarque H. Ferreira (1986, p. 500) mais adequadas às discussões do presente artigo, conceituamos crise como um “estado de dúvidas e incertezas; também como fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das ideias”. Interessa-nos ainda as que nomeiam crise como “ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão ou vice-versa; situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade” (1986, p. 500).

Dentro de suas especificações e dimensionamentos, tratamos aqui como sistemas o regime democrático de governo e o campo do jornalismo, estabelecendo determinadas relações entre eles. Partimos da compreensão de que “a democracia repousa sobre o conceito de autogoverno ou de soberania popular, segundo o qual as decisões políticas de interesse da comunidade competem em última instância aos cidadãos, diretamente ou através de representantes” (MARTINS NETO, João dos Passos; p. 49). Acrescente-se o entendimento de que “o princípio da democracia só pode aparecer como núcleo de um sistema de direitos” (HABERMAS, Jürgen; 2012, p. 158). A liberdade de expressão configura um dos pontos de encontro mais importantes entre os fundamentos da democracia e do jornalismo. “Uma das mais evidentes razões de proteção da liberdade de expressão consiste em promover o funcionamento do modelo democrático de governo” (MARTINS NETO, João dos Passos; p. 49).

Recorremos à Pierre Bourdieu (1997, p. 55) para conceituar o campo do jornalismo, em que ele afirma que “o mundo do jornalismo é microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos”. O autor argumenta que “dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos (1997, p. 55).

A democracia e o jornalismo, compreendidos como sistemas específicos e distintos, compartilham uma característica nas suas formas modernas de estruturação: o sentido da mediação e da representação. No regime democrático, os eleitos serão os representantes do povo, no papel de mediadores das opiniões e interesses dos seus representados. O jornalismo tem assumido discursivamente a posição de quem

[Digite aqui]

representa o público na missão de fiscalizar os poderes constituídos, como também de mediador, na condição de proponente, da pauta dos assuntos de relevância pública.

Embora não seja objeto direto deste estudo, explicitamos nosso entendimento de que o sistema democrático se encontra em um estado de dúvidas e incertezas, assim como atravessa uma fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos e das ideias que o constituem. Percebe-se um distanciamento grande entre os representantes, assim que ocupam os respectivos espaços institucionais, e seus representados, a ponto de aqueles se tornarem autônomos em relação a estes.

Trata-se de um quadro observável praticamente em todos os países do mundo, mais acentuadamente em alguns, como o Brasil, em que os representantes caçam o direito de escolha dos seus representados. Uma situação objetiva ocorreu no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, neste ano de 2016, no caso que passou a ser denominado de “golpe parlamentar”, com apoio da grande mídia, em que forças assumem o governo, numa proposta inteiramente diferente e até oposta ao projeto aprovado nas urnas, promovendo, inclusive, alterações profundas na constituição de 1988, considerado o documento de garantia dos direitos sociais e da cidadania.

Mais um dado que nos sugere uma democracia em crise são as profundas desigualdades sociais espalhadas pelo mundo, como se a democracia pudesse se sustentar meramente em suas formalidades, independente da injustiça social estabelecida nas respectivas sociedades. Não se pode deixar de assinalar ainda que os princípios democráticos de soberania das nações e do seu povo passam por processos de desconstituição por organizações e capitais internacionais que, atravessando livremente fronteiras, determinam políticas econômicas e sociais a diversos países.

Nosso enfoque principal é discutir a condição atual do jornalismo, sendo as referências feitas à democracia apenas uma tentativa de demonstrar que os problemas do jornalismo fazem parte de um contexto mais amplo. Compreendemos que os princípios jornalísticos, em sua proposição sistêmica, vivem igualmente um estado de dúvidas e incertezas, atravessando também uma fase difícil, grave, na evolução das suas coisas, fatos e ideias. O campo do jornalismo se institui pela demarcação de um conjunto de conhecimentos e atributos específicos que, dimensionados, caracterizam uma disciplina, expressos, conceitualmente, em um discurso.

[Digite aqui]

Entre os componentes fundamentais do discurso jornalístico constam o de ser um caminho singular de conhecimento da realidade social, a partir do esclarecimento do cidadão, num incentivo à autonomia, à consciência e à participação na vida comunitária, com respeito às liberdades individuais. Preocupa-se em oferecer uma orientação à opinião pública, nos marcos da democracia, da pluralidade e da justiça social. Na proposição de Luiz Beltrão (2008, p.67), “jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”.

Ao articular seus princípios em torno de um discurso, inserindo-se nas estruturas midiáticas e nos processos acadêmicos e profissionais, o jornalismo pode ser identificado como um sistema. Tratamos esta configuração sistêmica como campo social do conhecimento ou campo disciplinar. A estabilidade transitória do sistema jornalístico, ao harmonizar a relação entre os seus componentes, decorre de um bem sucedido desenvolvimento de sua lógica interna. Neste campo social estruturado há relações constantes de desigualdade entre dominantes e dominados, em embates permanentes para transformá-lo ou conservá-lo.

Os fatores internos, porém, não são os únicos a determinar o funcionamento desse sistema, uma vez que ele se submete a ação de fatores externos, ou seja, o campo do jornalismo impõe dinâmicas a outros campos, bem como depende do dinamismo destes. Como nos observa Bourdieu (1997, p.76), o campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os outros campos. “Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos (BOURDIEU, 1997, p. 81).

Compreendemos que a relação atual entre fatores internos e externos cria um estado de tensão e afeta a estabilidade transitória, a ponto de deflagrar um ambiente de crise no campo disciplinar do jornalismo. Os equívocos frequentes e de elevadas proporções nas atribuições de promover representação e mediação social seriam sinais de um esgotamento do discurso e da impossibilidade de a ação jornalística corresponder aos seus fundamentos históricos.

As contradições no campo do jornalismo se acentuaram no contexto da chamada sociedade da informação, quando determinadas funções que desempenhava
[Digite aqui]

tradicionalmente parecem hoje dispensáveis ou passaram a ser cumpridas por outros agentes. Temos uma nova realidade em que não só os meios de comunicação são midiáticos, mas os próprios indivíduos são midiáticos. Há um conjunto imenso de informações que circulam à margem dos espaços e dos suportes jornalísticos tradicionais.

As novas tecnologias de informação e comunicação impuseram ao jornalista o desafio, por exemplo, de observar, simultaneamente, uma realidade direta e uma realidade hipermediada. São tempos de diversificação de caminhos informativos, em ritmo cada vez mais acelerado pelo qual a velocidade tende a assumir um valor próprio, como fetiche que se sobrepõe ao valor de uso social do produto. Vivemos uma época também da denominada revolução das fontes, a solicitar do jornalismo outras estratégias de apuração da notícia. A convergência midiática, por outro lado, ainda não bem elucidada pelo campo, escancara um cenário de transformações que ocorreram desde os tempos em que o jornalismo impresso detinha a exclusividade.

Mesmo comprometido em desincumbir-se da tarefa, ficou mais difícil orientar a opinião pública, uma opinião submetida cada vez mais ao urgente, tornando produtor e leitor prisioneiros do aqui e agora. Não seria uma mediação referenciada no presente, a fim de revelar aspectos significativos da atualidade, mas uma busca frenética pelo registro do instante. Neste ritmo, perde-se o tempo da observação e da interpretação, deprecia-se o relevante em favor do interessante, mantém-se a investigação dos fatos no nível do senso comum, com riscos de aprofundar, ao contrário do que pretende, o sentido da alienação.

As discussões sobre as estruturas dos meios de comunicação fomentam o ambiente de crise no jornalismo. Configura-se um quadro de concentração das mídias convencionais nas mãos de poucos grupos; de presença dos meios convencionais nos espaços virtuais; de presença crescente de meios alternativos na internet; de movimentos de setores da sociedade pela democratização das mídias. São reatualizados temas como controle e transparência da informação, censura e liberdade de expressão, além da responsabilidade social da imprensa.

Não bastassem as dúvidas novas, o jornalismo continua a se deparar com antigas indagações a respeito dos processos de edição das matérias publicadas. Qual a coerência e representatividade dos critérios de noticiabilidade? Por que estas e não outras pautas?

[Digite aqui]

Qual a razão de serem estes e não aqueles os ângulos de abordagem? Por que estas e não outras fontes? Continuam sob olhar crítico a linguagem jornalística e suas narrativas, a validade do *lead*, as classificações em gêneros informativo, opinativo e interpretativo, as percepções objetivas e subjetivas na produção da notícia, etc.

Neste ambiente de contradições, sobressaem as interrogações sobre a validade do discurso jornalístico. Discutimos aqui estas questões a partir da hipótese de que a complexidade da sociedade da informação, nos limites do capitalismo, produz um cenário de difícil discernimento. Características fundadoras do jornalismo vão perdendo a nitidez, com privilégio das formas e dos ritmos acelerados em detrimento do conteúdo, com o vetor dos negócios em sobreposição ao serviço pela sociabilidade, acrescido de um superdimensionamento do poder político das grandes estruturas midiáticas.

O discurso do jornalismo tem valor e sugere credibilidade, por isso o interesse em usá-lo de modo comprometido ou não, com ou sem legitimidade. Destituído de elementos fundamentais que lhe dão escopo, ocorre, em diversas circunstâncias, uma apropriação do formato do jornalismo por determinadas organizações e a partir de certos interesses, como se houvesse um sequestro do conceito de jornalismo. E, assim, desvirtuasse uma vocação para a humanização, capaz de se afirmar mesmo na presença de conflitos e contradições.

A saída nos parece ser um mergulho nos fundamentos do jornalismo, em vez de abandoná-los como se desprovidos de legitimidade e eficácia. A atitude adequada não seria escapar disfarçadamente, mas encarar a teia complexa da realidade. Implica ressignificar o discurso neste contexto de perturbações e compreender como o núcleo disciplinar do jornalismo poderia ser capaz de oferecer respostas. E perceber que tal resgate somente pode se verificar mediante uma ação interdisciplinar, porque o ingresso no núcleo requer um entendimento profundo da própria disciplina, cujo sentido só é percebido no mosaico de conhecimentos que envolvem os processos interdisciplinar e transdisciplinar, na perspectiva da totalidade. Trata-se da identificação de sistemas e subsistemas. O jornalismo é chamado, em nossa compreensão, a enfrentar o desafio do ato interdisciplinar.

Avalia-se que o campo passa por uma crise, numa fase difícil, em estado de dúvidas e incertezas, não necessariamente de reflexos negativos, talvez até positivos, pela oportunidade de repensar o seu papel na comunicação contemporânea. Há posições divergentes quanto às possibilidades do jornalismo. Se teria ele esgotado sua capacidade

[Digite aqui]

de mediação social, na busca ética e técnica da verdade dos fatos, ou se, pelo contrário, a sociedade nunca estaria precisando tanto dele para tentar se compreender.

2. Do disciplinar ao transdisciplinar

O jornalismo se constituiu a partir de outras disciplinas, em relações interdisciplinares, seguindo processos tradicionais de configuração de um espaço de conhecimento novo. Afirma-se como um campo de conhecimento, portanto uma disciplina, conceituação que nos leva a pensar a respeito. Compreende-se que o disciplinar, no isolamento, com níveis de especialização que remetem apenas a si, esgotando-se na própria razão, representa a morte do sentido e do propósito da especialização. A disciplina pode ter fim, se não mais emanarem, da realidade social, razões para sua existência.

O desafio do ato interdisciplinar é que cada disciplina envolvida faça um ingresso vertical em si, estabelecendo relação com os fundamentos de outras disciplinas, num movimento que se desprende da superficialidade. Os fatores que justificam a existência e a permanência de uma disciplina se expressam em dois aspectos principais. Um é o adensamento de fragmentos, antes dispersos, em torno de um núcleo de conhecimentos. O outro é a demanda da sociedade na busca de atender suas necessidades e perspectivas, a partir dos conhecimentos de determinada disciplina.

A massa universal de conhecimentos constitui uma totalidade. Em estado puro, o conhecimento não é recortado por áreas, campos ou núcleos, e não se submete às fronteiras traçadas, pela ciência. A massa universal de conhecimentos poderia ser comparada ao planeta Terra, cujos sistemas naturais funcionam independentes dos limites geográficos e políticos definidos pelo homem.

A validade de uma disciplina não se esgota por estabelecer novas relações interdisciplinares, receio de membros de determinadas comunidades de conhecimento, desde de que suas buscas e respostas continuem a atender demandas das sociedades. A permanência de uma disciplina se encontra assegurada enquanto ela se mostrar imprescindível, caso contrário teria o mesmo fim das estrelas, cuja luz esmaece até se apagar.

As disciplinas são, portanto, um construto, marcadas pela transitoriedade. O tempo desta transitoriedade não está dado e fica condicionado à intensidade de seu valor

[Digite aqui]

de uso para a sociedade e para a ciência. Como fragmento de uma totalidade, a disciplina tende naturalmente ao interdisciplinar, razão, inclusive, de sua própria existência, e se movimenta no sentido da transdisciplinaridade, ou seja, a um retorno conceitual à totalidade.

A totalidade não é imutável, sendo passível de transformações pela intervenção, consciente ou não, dos atos disciplinares e interdisciplinares. A própria transdisciplinaridade, portanto, é transitória, porém incomparavelmente mais permanente que a disciplinaridade. Vê-se que a transdisciplinaridade e a disciplinaridade trazem em si um determinado grau de estabilidade, enquanto que a interdisciplinaridade se caracteriza fundamentalmente pelo movimento.

Mas a interdisciplinaridade é confundida, de modo frequente, com a multidisciplinaridade, dimensão em que a intensidade do movimento assume proporções muito menores. A multidisciplinaridade provoca contato de conhecimentos disciplinares, observando o mesmo objeto de pontos de vista diferentes, no entanto não configura exatamente a interação (transversal) dos conhecimentos das disciplinas envolvidas.

Os riscos de uma disciplinaridade, que se proponha fortemente estática, é o de inviabilizar o movimento interdisciplinar e interditar o transdisciplinar, representado pela massa universal de conhecimentos. A massa universal de conhecimentos, recortada artificialmente pelas disciplinas e tensionadas pelos movimentos interdisciplinares, sofre transformações. A totalidade não é estática. Expande-se na medida em que sofre a ação conceitual das disciplinas e do movimento interdisciplinar.

A expressão do dinamismo da massa universal de conhecimentos é perceptível no conhecimento resultante da interdisciplinaridade. A partir deste novo conhecimento, abre-se perspectivas desconhecidas anteriormente, situação que demonstra que a massa universal foi levada a se revelar em outras dimensões. Esta revelação da massa universal pode ser simplesmente o desvelamento, aos olhos humanos e da ciência, daquilo que a totalidade já havia produzido. Por outro lado, a revelação mencionada, pode ser a auto revelação de uma totalidade em movimento. E, numa terceira perspectiva, a revelação poderia ser compreendida como uma resposta da massa universal aos tensionamentos impostos pelas disciplinas e pelos movimentos interdisciplinares, em combinações imprevistas na sua dinâmica natural.

[Digite aqui]

O problema, limitador da clareza da revelação, é que a massa universal de conhecimentos, ou seja, a totalidade, é sempre desconhecida em sua plenitude. A totalidade diz respeito, portanto, ao conhecimento natural, revelado ou não pela ciência, e ao conhecimento cultural, construção humana, que for capaz, consciente ou inconscientemente, de levar a totalidade a repropor-se em novos arranjos.

O ato interdisciplinar gera conhecimentos novos, em movimentos que apontam para a formação de novas disciplinas, porém não significa, automaticamente, o enfraquecimento das disciplinas envolvidas. Pelo contrário, pode representar um processo dinamizador e renovador destas disciplinas geradoras dos respectivos conhecimentos. A ação interdisciplinar, remetendo ao transdisciplinar, não representa obrigatoriamente a negação da disciplina.

O movimento interdisciplinar fecundo ocorre quando as disciplinas envolvidas verticalizam suas trocas, oferecendo à outra o resultado de um ingresso profundo na sua auto compreensão. As trocas superficiais induzem a equívocos mútuos, por se sustentarem, com frequência, em auto incompreensões. O movimento interdisciplinar, neste caso, é superficial, sem a condição de liberar o potencial transformador de cada disciplina, como se não tivesse alcançado um necessário ponto de fusão de conhecimentos.

A disciplina, isolada em si, estática, em rejeição ao movimento interdisciplinar, pode provocar o seu esgotamento prematuro. Ao não se revitalizar no interdisciplinar, deixa de perceber as modificações do contexto e as novas demandas sociais que justificariam a permanência de sua presença/ação. Seria um esgotamento decorrente de sua auto incompreensão.

O interdisciplinar não remete à mera justaposição de disciplinas, mas à interação que permite, simultaneamente, conservar e superar o estágio do conhecimento disciplinar. Trata-se de um processo que permite alcançar novos resultados e modifica a natureza e a função das disciplinas tradicionais. Não se refere mais aos resultados que poderiam ser obtidos por uma disciplina originária isoladamente e sim ao alcance que esta passa a ter na combinação com outras, na resolução de problemas para os quais não havia antes uma adequada resposta.

[Digite aqui]

A disciplina original, porém, não desaparece porque se conservam os preceitos que a constituem e que lhe possibilitaram, na interação, dar as novas respostas solicitadas pela sociedade. Esta base assegura legitimidade e força à disciplina para novas interações. O cumprimento da tarefa exigirá que as disciplinas envolvidas cheguem ao ponto de se recriarem conceitual e teoricamente e não fazer apenas uma simples deslocação de conceitos ou de empréstimos teóricos e metodológicos. A função da interdisciplinaridade é estender uma ponte entre o momento identificador de cada unidade básica de conhecimento (disciplina) e o necessário corte em que ela se diferencia, pela interação, na expressão qualificada e complexa da resposta.

A complexidade é um conceito que procura expressar as múltiplas faces da realidade. A realidade não é mais percebida como um objeto inerte, mas como processo, devir, doação, construção. Por isso, o princípio da complexidade remete às inter-relações entre as partes e o todo, a continuidade e a descontinuidade. (PAVIANI, Jayme, 2008, p.47).

Propiciaria emergir também as experiências culturais sem visibilidade, aquelas que normalmente compõem o arsenal das relações primárias e identificadoras de grupos sociais. Constituir-se-ia em processo de transformação complexo e contraditório, num constante jogo de forças em que o fragmentário tende a dissipar a tradição, afetando a memória e os modos peculiares pelos quais os conhecimentos foram constituídos, enquanto os sistemas estabelecidos procuram anular o poder desestabilizador das novidades.

A percepção do potencial transformador das culturas sem visibilidade de uma região, por exemplo, não poderia se limitar a preservar a memória, mas a recuperá-la na capacidade de desestabilizar os conhecimentos postos, com o objetivo de participar das definições sobre o agora e o futuro. Estamos nos referindo a uma interdisciplinaridade que não se limite a um conjunto de relações entre as partes e o todo, mas que seja uma descoberta singular que não se reduz nem ao todo nem às partes isoladas, ou seja, é somente a interação do todo e das partes que propicia a originalidade inovadora das respostas.

Como a interdisciplinaridade autêntica não é reduzível a denominador comum e se orienta pelo princípio da diversidade e da criatividade, o projeto pedagógico de um curso de Jornalismo, por exemplo, vê-se desafiado a construir problemáticas que requeiram investigação conjunta de saberes, na fecundação recíproca das disciplinas,

[Digite aqui]

como caminho para enfrentar os problemas decorrentes da fragmentação social. O paradigma disciplinar da produção do conhecimento não é o suficiente para responder aos problemas complexos e são necessárias outras abordagens para dar conta da realidade complexa e híbrida, exigência das condições contemporâneas.

A expectativa é de que os profissionais egressos sejam capazes de realizar diagnósticos, elaborar metodologias e analisar as questões socioculturais, políticas e econômicas que interferem no âmbito das práticas do desenvolvimento e do planejamento social, regional, ambiental e educacional de determinada realidade social. A pretensão se harmoniza com o pensamento de Frigotto (1995a), pelo qual a interdisciplinaridade é uma realidade e um problema relacionado à realidade concreta, histórica e cultural, constituindo-se assim como um problema ético-político, econômico, cultural e epistemológico. Assim:

A interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e, de outro lado, pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico. Todavia esta dificuldade é potencializada pela forma específica que os homens produzem a vida de forma cindida, alienada, no interior da sociedade de classes (Frigotto, 1995a, p.31).

Paulo Freire afirma que realidade não é só dado objetivo, o fato concreto, senão, também, a percepção que o homem tem dela. Como Karel Kosik, entende que realidade não é a junção de partes simples de um todo, nem o conjunto de todos os fatos:

A consciência de fatos isolados, sem a compreensão desses como partes estruturais, não se constitui no que Paulo Freire chama de leitura da realidade. Conhecer a realidade é compreender os fatos como partes ou como pequenas totalidades pertencentes a um todo maior, a uma “totalidade concreta”. [...] Os fenômenos sociais estão vinculados a uma realidade macrossocial que imprime neles sua marca histórica e os seus significados culturais. Captá-los, criticamente, supõe desvelar seu fundamento, origem, tendências e contradições, descobrindo ainda o lugar que cada um ocupa na totalidade do próprio real. Ler a realidade significa compreender os fatos como partes estruturais de um todo dialético (ANDREOLA, Balduino. In.: Streck; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José, 2008, P. 350).

Freire considera a interdisciplinaridade requisito para uma visão da realidade nas perspectivas da unidade e da totalidade do real. Ele expressa sua concepção teórica da interdisciplinaridade, relacionando-a com a disciplinaridade, com a multidisciplinaridade e com a transdisciplinaridade. Segundo ele, o Real enquanto Real,
[Digite aqui]

é uma totalidade transdisciplinar. “Ao processo político de cindir o Real através das parcialidades disciplinares, deve seguir-se a retotalização transdisciplinar, mediante um processo epistemológico interdisciplinar” (GADOTTI, Moacir. In.: Streck; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José, 2008, p. 237).

3. Discurso jornalístico e o movimento interdisciplinar

O jornalismo não se justifica fundamentalmente pelas transformações das tecnologias da informação, embora delas receba impactos pelas alterações do contexto social. Aparatos, estilos de linguagem, por exemplo, não são, para o jornalismo, uma razão em si. O jornalismo pode ser realizado em diferentes suportes midiáticos e estilos linguísticos.

O interdisciplinar jornalístico será percebido se, antes, houver um ingresso profundo no seu caráter disciplinar, fazendo um mergulho para dentro de si, a fim de compreender melhor as razões que o justificam como disciplina, processo que, entendemos, irá encaminhá-lo para observar as relações interdisciplinares que lhe deram origem e que podem lhe orientar sobre o futuro. Faz-se necessário desencadear esse movimento interdisciplinar.

Seria interessante, então, revisitar alguns de seus pressupostos. A pretensão de absolutizar determinadas conceituações gera incoerências e impasses no campo do Jornalismo. Assinalamos, neste sentido, a título de exemplificação, os significados de independência, imparcialidade e neutralidade. Eles precisariam ser desabsolutizados, sem deixar de manter determinada centralidade, o que os difere do mero relativismo.

Assim, o significado de independência não poderia levar à afirmação de que o jornalismo não depende de nenhum outro agente para cumprir o seu papel, basta observar o conjunto de necessidades a serem atendidas, sejam elas no plano profissional, intelectual, instrumental, tecnológico, financeiro, político, cultural, geográfico, etc. O jornalismo estabelece relações de interdependências, normais no seu processo complexo de elaboração. O limitador, na verdade, é a concentração de dependência em um ou outro agente.

[Digite aqui]

A neutralidade, entre os conceitos relacionados ao jornalismo, compreendemos ser o menos sustentável, porque iria requerer uma posição a-histórica dos agentes participantes do processo jornalístico. Todos os participantes estão marcados por sua historicidade e falam socialmente de determinado lugar. O próprio jornalismo, em seu conjunto, assume um lugar, definido pelos preceitos e sentidos do seu discurso. As narrativas jornalísticas, neste viés, se mostram compromissadas com os ideais de justiça, dos direitos individuais e coletivos, de consciência social e política, de democracia, além de outros orientadores. As linhas editoriais dos meios de comunicação, no exercício do direito de fala a partir do seu lugar histórico, não devem deixar de reconhecer que se encontram condicionadas aos limites preceituais do seu discurso, ou seja, jornalismo é jornalismo.

A imparcialidade não se explica exatamente porque a narrativa jornalística não se posicionaria contra ou a favor de alguma das partes envolvidas nos acontecimentos publicados. Decorre de uma situação em que dispõe do direito legítimo de narrar a partir do seu ponto de vista, correspondente à sua linha editorial, isto é, de uma perspectiva. A imparcialidade viria do reconhecimento de que, sobre os mesmos acontecimentos, recaem olhares diferenciados, caracterizando outras perspectivas. A imparcialidade, então, não seria o de assumir a compreensão e o interesse de uma das partes, mas o de se movimentar em direção aos fatos, orientado por sua perspectiva, tendo o discernimento da presença de outras perspectivas sociais, caracterizadoras de outras partes constituídas. A narrativa jornalística seria imparcial não porque escapa do domínio de uma das partes e sim porque reconhece e se relaciona com todas as partes percebidas.

O problema da absolutização impacta os sentidos de objetividade e de subjetividade. Possibilita o equívoco de pretender destituir a subjetividade de suas respectivas objetividades, como também destituir a objetividade de suas respectivas subjetividades. Tais pretensões teriam o poder de retirar sentidos do sonho ou de retirar sentidos da realidade. A superação, ao menos o enfrentamento do jornalismo sobre os efeitos da absolutização, não se constitui somente num ato de consciência ou de vontade. Passa também pelo cenário objetivo das condições existentes.

Em contraponto às conceituações e argumentos em favor dos pressupostos históricos do jornalismo, constantes ao longo deste texto, alinhamos aqui o

[Digite aqui]

entendimento de Wilson Gomes, na condição de um arguto questionador da adequação do discurso do campo.

O discurso de autolegitimação do jornalismo, pelo menos em sua maior parte, continua o mesmo, não obstante todas as mudanças nas condições sociais da sua existência e nos modelos em que ele é praticado. Como se ainda estivéssemos dois dias antes das revoluções burguesas, o jornalismo continua falando de opinião pública, liberdade de imprensa e de interesse público praticamente no mesmo sentido em que essas categorias eram usadas há 20 anos. Parecem vozes de outro tempo e de outro jornalismo: o elogio da opinião pública, a afirmação do jornalismo como a única mediação confiável entre a esfera civil e o Estado, a função do jornalismo adversário da esfera governamental, tudo isso se mantém no imaginário e no discurso por uma estranha e inquietante inércia discursiva (GOMES, 2009, p. 76).

4. Conclusão

O propósito de compreender o estado de tensão gerado pela cobertura jornalística dos grandes meios de comunicação, associada às mudanças do comportamento social pelas novas tecnologias da informação, nos leva a concluir que o campo disciplinar do jornalismo atravessa uma crise de identidade. A falta de credibilidade e de legitimidade das instituições/organizações para mediar e representar os interesses do conjunto da sociedade aprofunda as incertezas, inclusive, da aplicabilidade dos valores democráticos. Cria-se a nítida impressão de que a intensidade das práticas das grandes mídias, ao se afastar dos critérios de isenção em suas coberturas de momentos cruciais, inviabiliza a afirmação do discurso tradicional do jornalismo.

É pertinente perguntar, no entanto, afinal o que realmente se encontra em crise. São os fundamentos do campo que não se sustentam mais, superados pelo tempo e pelas transformações sociais? Perderam eles a capacidade de exercer um papel decisivo em favor da sociabilidade? Convém lembrar que o jornalismo, conceitualmente, se propõe a revelar os acontecimentos relevantes, fomentando as consciências e as liberdades individuais, bem como a participação na vida comunitária, numa orientação à opinião pública, comprometidos com os princípios da democracia e a justiça social.

Percebe-se a necessidade de o jornalismo enfrentar suas contradições através de uma imersão na sua concepção e nas suas práticas. O primeiro reconhecimento é de que não se faz jornalismo sem meios de comunicação, porque o seu produto, a notícia, requer processos e materialização para circular socialmente. Mas é necessário entender

[Digite aqui]

os conceitos presentes nas produções e neles identificar os conflitos de interesses, bem como o lugar de fala daqueles em condições de intervir.

Estamos diante de uma realidade complexa. O campo do jornalismo constitui um sistema formado por número significativo de agentes internos, entre os quais há conflitos de interesses, dominantes e dominados. Além disso, encontra-se submetido à influência forte de agentes e fatores externos. Considera-se indispensável estabelecer uma diferença entre a concepção e as condições existentes para que ela se viabilize na prática.

Ao observarmos o conceito, vemos que o jornalismo teria muito a realizar nos tempos atuais, pela necessidade de mediadores confiáveis para se compreender melhor fatos e movimentos que organizam a sociedade. A velocidade e a quantidade de informações em circulação, somadas às informações que também poderiam circular, dizem pouco efetivamente dos acontecimentos e talvez nem os expliquem.

A sociedade se tornou um jogo de espelhos em que muitos produzem a sua própria imagem, pelas mídias convencionais ou por outras mídias, o que impacta nas características da visibilidade apresentada. Paradoxalmente, ocorre uma invisibilidade, se consideradas as distorções das imagens ou o quanto elas escondem. O jornalismo se faria necessário, a fim de contribuir para tornar visível elementos fundamentais que a profusão de imagens tornou invisível.

A tarefa requer ao jornalismo ultrapassar a superficialidade e não se submeter ao formulismo de técnicas e formatos, embora estes sejam componentes de um processo de investigação. Também solicita a postura de elaborar uma representação dos fatos da sociedade e não a de fazer a construção da sociedade por um determinado relato dos fatos. Por enviasar tais procedimentos, os grandes meios de comunicação vêm assumindo no Brasil o papel de partido, tendo o jornalismo como principal instrumento de suas intervenções políticas. Uma orientação ética, no compromisso de cumprimento de seus princípios, é outro fator decisivo para a plena realização jornalística.

Para superar seus impasses atuais, o jornalismo moderno dispõe de um orientador importante que é o reconhecimento da realidade como seu objeto, a determinar os seus sentidos de objetividade e subjetividade (BELTRÃO, 2008, p.151). A busca da verdade, caracterizando um movimento de máxima aproximação possível e não exatamente o alcance de um valor absoluto, colabora para uma revelação verossímil da realidade. O jornalista disposto a cumprir seu papel deve nadar na contracorrente, não submergindo nas águas do senso comum, como nos sugere Ana Lúcia Vaz (2013).

[Digite aqui]

Ao mesmo tempo, não ignorar o senso comum, pois seria ignorar a própria realidade, mas, a partir dessas compreensões disseminadas, qualificar o senso comum, colaborando para levar a sociedade a estágios mais elevados de conhecimento, conforme propõe Sylvia Moretzsohn (2007). Precisa ser capaz de encontrar o epicentro dos acontecimentos, ultrapassando os sinais visíveis, mesmo que os tomando como ponto de partida para chegar à singularidade geradora de cada fato, em que o jornalista desenvolve um processo intelectual de mediação, como defende Adelmo Genro Filho (1987).

Vemos que a concepção que sustenta o discurso teria elementos para reafirmar a validade do jornalismo na chamada sociedade da informação, mas, como dito anteriormente, considera-se indispensável estabelecer uma diferença entre a concepção e as condições existentes para que ela se viabilize na prática. A redução da distância entre a concepção e as condições existentes se dá no campo político. Seria indispensável que as reflexões teóricas também resultassem em posicionamentos para transformações da realidade objetiva.

Neste sentido, os jornalistas deveriam se empenhar em lutas para alterar as relações de poder no contexto em que o jornalismo é produzido. Merece atenção a desproporcionalidade de forças entre os componentes principais do sistema jornalístico, ou seja, os donos dos meios (representados pelos diretores executivos e pelos compromissos assumidos com anunciantes, instituições governamentais, representantes de classe, etc.), o público e os jornalistas. Os donos detêm imenso poder na definição do produto jornalístico final. Os jornalistas têm se tornado cada vez mais, consentindo ou não, instrumentos desses interesses, enquanto o público não demonstrou ainda consciência e organização suficientes para influenciar no conteúdo das matérias e nas linhas editoriais.

Os posicionamentos políticos dentro do campo deveriam encaminhar os jornalistas a lutar pela desconcentração da mídia convencional, hoje o fator mais determinante da falta de pluralidade das coberturas e dos comprometimentos indevidos que inviabilizam a consecução do discurso jornalístico. Precisariam ainda levantar a bandeira do fortalecimento das mídias públicas, comunitárias, bem como da aplicação do marco regulatório brasileiro da internet, sem retrocesso em relação aos termos em que se encontra proposto. Estaria o jornalista, desse modo, inserido em movimentos pela democratização das mídias. Ele não conseguirá, entretanto, mudar o jornalismo isoladamente. Para cumprir o seu papel, o jornalista depende da consciência

[Digite aqui]

e da competência comunicativa da sociedade, o que passa, inclusive, pela boa formação dos profissionais nos bancos da universidade, expressa, por exemplo, no Plano Pedagógico dos Cursos.

As ações, conforme explicitado, dependem da qualidade da reflexão e da adequada articulação da concepção. Serão bem sucedidas na medida em que compreenderem os princípios da interdisciplinaridade. O valor do ato interdisciplinar está no seu sentido implícito de movimento. O jornalismo é um ponto (cruzamento) interdisciplinar de alta intensidade. A manutenção da estabilidade disciplinar, neste dinamismo interdisciplinar intenso, constitui um desafio ao jornalismo.

As origens interdisciplinares do jornalismo são enraizadas e dinâmicas, por isso o mergulho na própria identidade impõe a abertura para relação com os outros. Implica desencadear um movimento interdisciplinar no sentido da transdisciplinaridade (na percepção de uma totalidade) para reafirmar-se como disciplina. A totalidade referida não constitui um todo definitivo, pois é uma totalidade em permanente processo de totalização. Tudo remete ao reconhecimento do princípio da transitoriedade (eficaz enquanto dure sua estabilidade) e a tendência que há de as partes formarem sistemas.

Certas resistências dos jornalistas à interdisciplinaridade advêm, em boa parte, da defesa dos interesses corporativistas, imaginando que estará defendendo o seu campo disciplinar (incluindo o espaço profissional), quando, na verdade, está impedindo uma verticalização do jornalismo no interior de si próprio para descobrir e potencializar o que existe dos outros nele. Fortalecer estes vínculos é o modo de o jornalismo se revitalizar, tornando-se imprescindível, na medida em que se perceber fundamental para outros campos do conhecimento, situação em que presta um serviço ao conjunto das sociedades.

Retomando o caráter político, voltado a ações, pode se dizer que aceitar o condicionamento das atuais estruturas de comunicação representaria o suicídio do jornalismo. Seria não compreender, entre outros aspectos, devido à recusa em fazer uma imersão no próprio discurso, a oportunidade de transformações que as novas tecnologias da informação e da comunicação oferecem. Poderiam ser repensadas, neste viés, muitas questões da profissão; observadas e realizadas novas experiências comunicacionais; percebidas melhor as relações intrínsecas entre comunicação e jornalismo; aprofundada a compreensão sobre a importância da diversidade cultural e de suas respectivas manifestações.

[Digite aqui]

O jornalismo é chamado ao desafio da resiliência, isto é, como pode, a partir do seu discurso, resistir, rever-se e reorganizar-se. As articulações neste caminho iriam exigir uma verdadeira descolonização mental, superando os entraves conceituais, materiais e até emocionais que o impedem de refletir inovadoramente sobre si próprio. As transformações são tão necessárias quanto inevitáveis, mesmo que para reafirmar, de outro modo, os mesmos princípios, desde que eles se mostrem válidos diante da realidade. Poderíamos ilustrar a atmosfera das transformações na frase atribuída à Martin Luther King: “Não somos o que deveríamos ser. Não somos o que poderíamos ser. Mas, graças a Deus, não somos o que éramos”.

Como contribuição para se pensar o campo do jornalismo, estabelecemos algumas classificações conceituais. Por ver necessidade de o jornalismo aguçar sua capacidade de observar a realidade social e fazer narrativas pertinentes, propomos a denominação “Jornalismo sociológico”, com o intuito de demarcar aquilo que compreendemos ser o centro da formação jornalística. As demais competências específicas são importantes, no entanto somente se justificam mediante o conhecimento que podem proporcionar dos temas relevantes da sociedade. O caráter sociológico é fundamental e não complementar na formação jornalística.

Diante do ambiente de crise do campo, com indefinições sobre o papel e tendências do jornalismo, conforme assinalamos no decorrer do texto, consideramos oportuno organizar uma classificação quanto ao alcance da atuação, assim especificadas: a) Jornalismo Pleno; b) Jornalismo Dimensionado; c) Pseudojornalismo.

Na primeira acepção, Jornalismo Pleno é aquele no qual se cumpre todos fundamentos do jornalismo, conforme estabelecido no seu discurso tradicional, desenvolvido nas redações compromissadas em revelar a diversidade social. Na segunda acepção, o Jornalismo Dimensionado se caracteriza pelo cumprimento significativo dos fundamentos do jornalismo, deixando, entretanto, de aplicar na íntegra o propósito da isenção, porque se encontra comprometido em preservar e valorizar a imagem de determinado segmento social. Encaixa-se, neste caso, os serviços de assessoria de imprensa ou assessoria de comunicação. Mesmo com restrições, O Jornalismo Dimensionado contribui para o estabelecimento de padrões de comunicação mais adequados à sociedade, por seu grau de profissionalismo, ao prezar pela ética e pela competência técnica, além de revelar posicionamento legítimos de determinados segmentos sociais.

[Digite aqui]

Já na terceira acepção, Pseudojornalismo significa que as coberturas e suas respectivas narrativas não correspondem aos fins jornalísticos, particularmente em termos de conteúdo, embora mantenham a aparência ao se expressar em formato claramente noticioso. O Pseudojornalismo tem sido praticado pelos meios de comunicação e pode ser considerado o responsável principal pela crise de identidade que o campo atravessa.

Nossa análise conclui que os fundamentos do discurso jornalístico têm possibilidades de se reafirmar. O caráter disciplinar do campo, mesmo que transitório, constitui um subsistema que não se esgotou como partícipe da elaboração dialética do conhecimento. É dever do jornalismo contribuir decisivamente para transformar a atual sociedade da informação numa desejável sociedade da comunicação. E mostrar-se, desta forma, coerente com o seu discurso em favor da humanização do mundo, apontando para a construção de sujeitos sociais conscientes, autônomos, mas intersubjetivos e afeitos à sociabilidade.

5. Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão** – seguido de A influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo: Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação, 2009. In: <file:///C:/Users/COM/Documents/Novas%20diretrizes%20curriculares%20Jornalismo/Relatorio%20Comissao.pdf>. Acesso em 2/2/2016.

_____. Resolução N° 1, de 27 de setembro de 2013. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (Resolução CNE/CES 1/2013). In: Diário Oficial da União, Brasília, 1° de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 26.

CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org). **Questões para um jornalismo em crise**. Florianópolis, SC: Insular, 2015.

FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: BIANCHETTI, L., JANTSCH, A. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Realidade**. In.: Streck; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora TchêLtda, 1987.

[Digite aqui]

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 1. Florianópolis, SC: Insular, 2009.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcion. **Programa de pós-graduação interdisciplinares**: o contexto. In: RBPG, Brasília, v. 8,n. 15, p. 37-57.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade**: conceitos e distinções. Caxias do Sul-RS: EducS, 2008.

MAROCCO, Beatriz; BERGUER, Chirsta (orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTINS NETO, João dos Passos. **Fundamentos da liberdade de expressão**. Florianópolis-SC: Insular, 2008.

MORAES, Vinicius de. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Mudanças e permanências do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: Métodos de investigação na imprensa. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino**. Revista Interface Comunicação, Saúde e Educação., fevereiro 1998. Disponível em <http://interface.org.br/>

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio de Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VAZ, Ana Lúcia. **Jornalismo na correnteza**: senso comum e autonomia na prática jornalística. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.